

POLÍTICA PÚBLICA E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DA LECAMPO DA UFPR À LUZ DA AVALIAÇÃO COM BASE NA SUSTENTABILIDADE (ABS)

Luiza Breis[1]

Suely Salgueiro Chacon[2]

Círculo de Saber: 01 - Políticas Educacionais e Educação do Campo

Palavras-chave: Educação do Campo; Avaliação de Políticas Públicas; Formação de Educadores.

Introdução

Este resumo expandido apresenta parte dos resultados de dissertação de mestrado defendida em 2024, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/UFC).

O estudo tem como objeto a avaliação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), com foco na experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo) da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O PROCAMPO é uma política pública voltada à formação de educadores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas do campo, promovendo o direito à educação com base nos princípios da equidade, inclusão e justiça social.

A pesquisa parte da seguinte pergunta norteadora: em que medida a implementação do PROCAMPO na UFPR Litoral tem promovido os princípios da sustentabilidade e contribuído para o acesso e permanência de estudantes do campo no ensino superior? A hipótese defendida é a de que, apesar do papel

[1] Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Técnica de Reforma Agrária na parceria estabelecida pelo Termo de Execução Descentralizada nº 27/2021, entre a Universidade Federal do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E-mail: luizab.assistentesocial@gmail.com.

[2] Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Ciências Econômicas pela UFC. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).E-mail: suelychacon@ufc.br.

relevante desempenhado pela Lecampo, persistem desafios que comprometem a efetividade da política, em especial no que se refere à assistência estudantil e à institucionalização do curso.

Os objetivos da pesquisa foram: (1) Investigar o processo de criação do PROCAMPO; (2) Analisar sua implementação na UFPR; (3) Identificar os obstáculos enfrentados na execução da política; e (4) Compreender o papel da Lecampo na formação de educadores ambientais.

A metodologia adotada foi qualitativa, com uso de Estudo de Caso. A coleta de dados incluiu análise documental, revisão bibliográfica e aplicação de formulários eletrônicos a discentes, docentes, técnicos e direção do Setor Litoral da UFPR. A análise foi guiada pela abordagem da Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), considerando as dimensões: social, econômica, ambiental e institucional-política.

A pesquisa contou com a participação de pessoas vinculadas diretamente à execução e vivência do PROCAMPO na UFPR Litoral conforme consta no quadro abaixo. Os dados foram coletados por meio de formulários eletrônicos e as questões elaboradas conforme o vínculo institucional dos participantes. As respostas foram organizadas em metadados que asseguram o anonimato e facilitam a categorização das análises.

Quadro 1 - Identificação adotada aos entrevistados, ocupação, tempo que atua nesta ocupação e gênero. Onde: Tipo F= Feminino, M= Masculino.

Identificação	Ocupação	Tempo que atua nesta ocupação	Gênero
Entrevistado 01	Professor da Lecampo na UFPR	Mais de 06 anos	M
Entrevistado 02	Professor da Lecampo na UFPR	Mais de 06 anos	M
Entrevistada 03	Direção da UFPR Litoral	04 anos	F
Entrevistada 04	Aluna da Lecampo na UFPR	06 anos	F
Entrevistado 05	Aluno da Lecampo na UFPR	05 anos	M
Entrevistada 06	Pedagoga na UFPR Litoral	Mais de 06 anos	F
Entrevistada 07	Assistente Social na UFPR Litoral	Mais de 06 anos	F

Fonte: Elaborado pela autora (2024).



Contribuições e Desafios do PROCAMPO na UFPR Litoral à luz da ABS

A fundamentação teórica está ancorada na abordagem contra-hegemônica da avaliação de políticas públicas, com ênfase na Avaliação com Base na Sustentabilidade (CHACON, 2007; CHACON; NASCIMENTO, 2020), e na literatura crítica sobre Educação do Campo (CALDART, 2004; ARROYO, 2006). A pesquisa também dialoga com os estudos decoloniais (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008) e com a teoria crítica dos direitos humanos (PIOVESAN, 2006), que denunciam as desigualdades estruturais e a invisibilização de sujeitos historicamente oprimidos.

A partir da aplicação da ABS, foi possível observar, na dimensão social, que a Lecampo tem se consolidado como espaço de valorização da diversidade sócio-territorial e cultural dos estudantes. Os relatos indicam que o curso contribui para o fortalecimento das identidades campesinas e para a construção de vínculos comunitários e afetivos com os territórios de origem. Contudo, os estudantes entrevistados relataram já ter cogitado abandonar o curso por dificuldades financeiras e por conciliar os estudos com o trabalho e a vida no campo.

Na dimensão econômica, destaca-se a centralidade da assistência estudantil como fator de permanência. Os estudantes apontaram que os auxílios ofertados pela UFPR são insuficientes para cobrir as despesas básicas, especialmente em virtude do regime de alternância. A ausência de moradia estudantil adequada e de políticas permanentes de alimentação e transporte agrava as desigualdades vividas pelos discentes. Além disso, a direção da unidade relatou a falta de recursos específicos para manter ações voltadas à permanência qualificada desses estudantes.

A dimensão institucional-política revelou fragilidades estruturais no curso: inexistência de concurso público para docentes da Lecampo, alta rotatividade na coordenação e pouca estabilidade das ações pedagógicas. A ausência de um planejamento institucional de médio e longo prazo compromete a consolidação do curso. Ainda assim, a pesquisa identificou um forte engajamento dos docentes e técnicos, que buscam, mesmo diante das adversidades, garantir um ensino comprometido com as necessidades do campo.

Na dimensão ambiental, a proposta pedagógica da Lecampo incorpora conteúdos voltados à agroecologia, à sustentabilidade e aos saberes populares, sendo reconhecida pelos discentes como uma experiência formativa significativa. No entanto, a falta de recursos didáticos e infraestrutura adequada, como laboratórios e transporte para atividades de campo, limita a efetivação de uma formação prática voltada à realidade ambiental dos territórios.

Por fim, a análise documental, especialmente do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e do Edital nº 02/2012 - MEC, evidenciou o compromisso do PROCAMPO com os princípios da diversidade, da interculturalidade e da valorização dos saberes dos povos do campo. Contudo, os efeitos do desmonte de políticas públicas educacionais nos últimos anos afetaram diretamente a capacidade de manutenção e expansão do programa, tornando urgente a sua defesa e reestruturação.

Conclusão

A presente avaliação do PROCAMPO na UFPR Litoral evidencia sua importância como política pública voltada ao enfrentamento das desigualdades estruturais no acesso e na oferta de educação superior aos povos do campo. O curso de Licenciatura em Educação do Campo cumpre um papel estratégico na valorização dos saberes populares e na formação de educadores comprometidos com os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade.

Entretanto, os resultados apontam para a necessidade de fortalecimento institucional, ampliação da assistência estudantil e financiamento adequado à manutenção e ao desenvolvimento dessa política. A proposta da Avaliação com Base na Sustentabilidade demonstrou-se eficaz para analisar os múltiplos fatores que influenciam a política, permitindo uma visualização integrada de seus avanços, limites e potencialidades.

Conclui-se que garantir a continuidade e o aprimoramento do PROCAMPO exige vontade política e compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. A permanência da população do campo na universidade não depende apenas do acesso, mas da criação de condições concretas de

permanência, com respeito às especificidades territoriais e valorização dos seus modos de vida.

Nesse sentido, destaca-se a importância de contar com a participação ativa de pessoas diretamente vinculadas à execução e vivência do PROCAMPO, estudantes, docentes e técnico-administrativos, não apenas na implementação e execução da política, mas também em sua manutenção e constante aprimoramento. São esses sujeitos que podem contribuir de forma qualificada para o levantamento de pontos que demandam melhorias em curto, médio e longo prazo. Para que essas contribuições se efetivem, é imprescindível a garantia de orçamento público adequado, que assegure as condições necessárias ao fortalecimento dessa política.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHACON, Suely S. Avaliação com base na sustentabilidade: um desafio para a política pública. *Revista Avaliação*, Campinas, 2007.

CHACON, Suely S.; NASCIMENTO, Verônica S. *Avaliação com base na sustentabilidade: princípios e diretrizes*. Fortaleza: UFC, 2020.

MIGNOLO, Walter. *Epistemologia do Sul e pensamento decolonial*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, 2005.